# A PROFISSIONALIZAÇÃO DAS POLÍCIAS CIVIS ATRAVÉS DA ADOÇÃO DA TÉCNICA DE ENTREVISTA INVESTIGATIVA

## *THE PROFESSIONALIZATION OF CIVIL POLICE THROUGH THE ADOPTION OF THE INVESTIGATIVE INTERVIEW TECHNIQUE*

Fernando Henrique Guzzi[1]

Clarindo Epaminondas de Sá Neto[2]

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo abordar a implementação da técnica de entrevista investigativa como um meio para alcançar a profissionalização e desmilitarização das polícias civis brasileiras. A partir de uma análise situada nos police studies ou pesquisas policiais, sem se ocupar do vasto fenômeno da punição ou das causas da criminalidade, pretende-se abordar a demanda de atualização das polícias judiciárias estaduais e algumas barreiras às reformas necessárias, entre elas a falta de confiança pública e a prevalência de saberes jurídicos sobre saberes policiais próprios, e situar a entrevista investigativa como um caminho para superá-las.

**Palavras-chave:** Entrevista investigativa; direitos humanos; policiamento democrático; polícias civis; profissionalização.

***ABSTRACT***

This article aims to address the implementation of investigative interviewing techniques as a means to achieve the professionalization and demilitarization of Brazilian civil police forces. Based on an analysis situated within police studies, without focusing on the broader phenomenon of punishment or the causes of crime, the objective is to explore the need for updating state investigative police institutions and the barriers to necessary reforms, among them the lack of public trust and the dominance of legal knowledge over specific police expertise, positioning investigative interviewing as a pathway to overcoming these challenges.

[1] Mestrando em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: del.fhguzzi@gmail.com.

[2] Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: clarindoneto@gmail.com.

**Keywords ou Palabras clave:** Investigative interviewing; human rights; democratic policing; civil police; professionalization.

## 1 INTRODUÇÃO

A conversa pode ser entendida como troca ou fornecimento de informações aleatórias. A entrevista é uma conversa com objetivos definidos, na qual o entrevistador conta com estratégias e metodologia para alcançar esses objetivos (Melo; Bitencourt; Blanchet, 2019). Desde que o Estado passou a reclamar o monopólio punitivo, entrevistas com vítimas, testemunhas e suspeitos têm estado no coração da investigação criminal.

Após incontáveis erros judiciais envolvendo inclusive falsas confissões, décadas de pesquisa, sobretudo no Reino Unido e nos Estados Unidos, levaram a dados significativos sobre "o que funciona" em sede de entrevistas policiais. Tanto que as Nações Unidas reconheceram essas conclusões e apoiaram o desenvolvimento de um protocolo universal para aplicação de entrevistas não coercitivas como um padrão mínimo para operadores de segurança pública e da justiça criminal (Griffiths; Shepherd, 2021).

Os fundamentos da técnica conhecida como entrevista investigativa são temas universais para a condução de qualquer conversa, e envolvem o respeito pela lei, pela pessoa, pela integridade da informação e pela autonomia individual. Também o compromisso com a empatia, o apoio, a abertura, a não crítica, o uso de uma conversa direta e o engajamento como um igual (conversa horizontal com o entrevistado). Ainda, baseia-se no entendimento profissional da experiência humana e do comportamento numa entrevista: atenção, percepção, memória, fontes de vulnerabilidade e barreiras à compreensão, entre outros (Griffiths; Shepherd, 2021).

O tema, de interesse global, tem importante relevo na realidade latino-americana, que convive com o incremento da violência desde o final do século XX. Duas diferentes metas coexistem: reduzir os índices de criminalidade, acompanhado de um policiamento orientado para os direitos humanos. Reforma policial, democracia,

segurança e direitos humanos são questões interligadas. Desde o início do século, os sistemas de policiamento e de justiça criminal em toda a América Latina têm buscado reformas para modernizar tanto a polícia quanto os sistemas de justiça criminal. Esforços têm sido feitos para reduzir abusos e corrupção policiais, aumentar a transparência e eficiência e combater o crime de forma mais eficaz (Uildriks, 2009).

É, pois, um esforço da polícia, sociedade civil, legisladores, gestores públicos e da academia definir quais controles institucionais, programas ou estratégias específicas podem garantir que o policiamento seja realizado de acordo com os padrões democráticos e de direitos humanos e os princípios do Estado de Direito. Ao mesmo tempo, o policiamento deve ser eficaz enquanto mecanismo de controle social.

No Brasil, o desenho ideológico-institucional das forças policiais, de forte inspiração militar, constitui relevantes barreiras para algumas das reformas necessárias para alcançar as metas acima enunciadas. As polícias civis, instituições responsáveis pela investigação criminal[3], não estão imunes a essas dificuldades encontradas pelas forças policiais, e convivem com desafios como a falta de confiança do público e a falta de profissionalização. Esses entraves são ao mesmo tempo causa e consequência de como se dá a obtenção de informações por meio de depoimentos, interrogatórios ou entrevistas no geral.

A técnica da entrevista investigativa surge como um dos caminhos para se equacionar o problema e atingir ambas as metas. Seu ensino e aplicação são um meio para a concretização dos direitos humanos na seara policial-investigativa, evitando erros de justiça como falsas confissões, informações e delações incorretas de testemunhas ou erros de reconhecimento pessoal. Simultaneamente, tem a capacidade de aumentar a qualidade e eficácia das investigações e da prova futuramente utilizada nos processos criminais. A soma desses dois processos resulta no incremento da confiança pública e na especialização das instituições policiais civis.

## 2 DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS ENTREVISTAS POLICIAIS

[3] Constituição Federal: Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: (...) § 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares (Brasil, 2024).

A memória humana desempenha um papel crucial na investigação e no julgamento de crimes, especialmente quando se trata de entrevistas conduzidas com vítimas e testemunhas, bem como de interrogatórios de suspeitos. Através de técnicas de entrevista adequadas é possível obter um relato detalhado que forneça informações confiáveis sobre o que aconteceu, quem foram os envolvidos, suas motivações, entre outros. Porém, a memória de um crime não é estática, mas sujeita ao esquecimento e sugestionabilidade, e técnicas de entrevista inadequadas tendem a resultar em relatos limitados ou até mesmo falsos (v.g. falsas memórias, falsas confissões; Meissner; Kelly; Woestehoff, 2015; Oxburgh; Myklebust; Grant, 2010).

Os depoimentos de testemunhas, vítimas e suspeitos representam uma das principais fontes de informação para o sistema de justiça. Nessa toada, policiais consideram importante utilizar técnicas recomendadas pela literatura para estimular o relato do entrevistado (Ballardin; Stein; Milne, 2013), porém o treinamento destas técnicas não é unânime nas academias de polícia brasileiras[4]. Devido à falta de capacitação, pesquisas têm apontado que técnicas de entrevista inadequadas são observadas em todas as regiões do Brasil, prejudicando a investigação policial e o sistema de justiça como um todo (Moscatelli, 2020; Stein; Ávila, 2015).

Nesse cenário, a entrevista investigativa pode ser explicada como um método de obtenção de informações, no qual se estabelece quais técnicas devem ser implementadas e quais devem ser evitadas no contexto investigativo, de acordo com as evidências científicas disponíveis (Stein; Ávila, 2015). É um (nem tão) novo método de realizar entrevistas policiais com suspeitos, testemunhas e vítimas, o qual ao mesmo tempo respeita direitos humanos, está de acordo com o funcionamento da memória humana e é eficiente na obtenção de evidências em casos criminais.

Com efeito, a prática policial de coletar informação com pessoas deve estar sustentada em ciência, em que pesquisas científicas demonstrem a eficácia da técnica. Ao longo dos últimos quarenta anos, uma série de estudos empíricos e

[4] Recentemente o cenário de entrevista policial começou a mudar a partir de esforços específicos de academias de polícia, como é o caso da Academia de Polícia de Santa Catarina, que tem implementado a entrevista investigativa por meio de treinamentos (Pacheco; Hoffmann, 2021).

laboratoriais vêm identificando as práticas recomendadas, pois são capazes de facilitar a rememoração do entrevistado, a colaboração na entrevista e o combate a vieses investigativos. Com base nessas evidências, os protocolos internacionais de entrevista investigativa têm, de uma maneira geral, adotado algumas etapas necessárias a uma entrevista eficaz e baseada em dados (Bull, 2023).

Com base nessas evidências, os protocolos internacionais de entrevista investigativa têm, de uma maneira geral, adotado algumas etapas necessárias a uma entrevista eficaz e baseada em dados (Halley et al., 2023).

A entrevista começa com a etapa do planejamento, onde o investigador deve considerar as múltiplas hipóteses que devem ser investigadas no caso, considerar o objetivo da entrevista, os tópicos a serem abordados, as evidências disponíveis e testar as linhas investigativas plausíveis. A entrevista deve iniciar com um momento de explicação de seu funcionamento e do que é esperado do entrevistado e entrevistador, deixando claros os direitos e regras desse momento. No momento de coletar informações, o investigador deve iniciar com o relato livre, um momento em que o entrevistado é convidado a relatar sobre o fato ou situação de maneira livre, sem interrupções do entrevistador. Isto facilita a habilidade de recordação e reduz a probabilidade de sugestionabilidade. O mesmo se aplica ao momento de esclarecimento, em que o entrevistador deve priorizar perguntas abertas para explorar informações que não foram trazidas no relato livre. Com essa prática, o investigador tem o potencial de aumentar a quantidade de informação obtida, enquanto mantém altos índices de confiabilidade do relato, tendo em vista que perguntas abertas têm menor potencial sugestivo. Após explorar tudo o que foi planejado, o entrevistador deve encerrar a entrevista de forma profissional e adequada, esclarecendo ao entrevistado sobre possíveis dúvidas e necessidade de contato futuro. Ao longo da entrevista, é necessário que o investigador construa e mantenha o rapport, uma relação de confiança e respeito com o entrevistado, tendo em vista que isso facilita a colaboração e rememoração (Meissner et al., 2023).

Entrevistas conduzidas de maneira inadequada podem ser contraprodutivas, pois as informações obtidas por meio de métodos indutivos podem ser invalidadas e, em muitos casos, resultar na condenação de inocentes. Nesse

contexto, as técnicas de entrevista se tornam uma ferramenta essencial para o entrevistador, uma vez que são fundamentadas em evidências científicas, testadas tanto em pesquisas laboratoriais quanto em estudos de casos reais. Além de identificar as melhores práticas de entrevista, os pesquisadores têm explorado as formas mais eficazes de transmitir esse conhecimento para a prática dos entrevistadores (Cecconello; Milne; Stein, 2022).

Na perspectiva da implementação de um policiamento democrático, a disseminação da técnica de entrevista investigativa objetiva a concretização dos direitos individuais, a prevenção da tortura e da violência policial. Ao mesmo tempo, do ponto de vista da eficiência da investigação criminal, a técnica propicia a melhora dos padrões de investigação e de atuação das forças policiais. O método, além de baseado em valores abstratos e normativos do direito (presunção de inocência, direito à não-autoincriminação, devido processo legal etc.), é majoritariamente constituído a partir de conhecimentos científicos empíricos da psicologia relacionados ao funcionamento do cérebro, levando a recomendações universais.

Atualmente, o Brasil não dispõe de diretrizes específicas para a capacitação em entrevistas investigativas, nem de um protocolo padronizado para orientar os entrevistadores[5]. A falta de formação adequada pode levar mesmo os entrevistadores mais dedicados a cometerem erros durante as entrevistas. Por isso, é essencial identificar diretrizes claras para a condução de oitivas e entrevistas, com o objetivo de definir metas a serem atingidas e desenvolver programas de capacitação específicos. A realidade brasileira demanda treinamentos regulares para entrevistadores, além da criação e adaptação de ferramentas apropriadas para a avaliação e supervisão desses profissionais em formação. É fundamental reduzir a distância entre o conhecimento disponível sobre entrevistas investigativas e as práticas atuais no país. A colaboração entre pesquisadores e entrevistadores se

[5] A Lei 13.431, de 2017, excetua essa regra, disciplinando a capacitação e aplicação de entrevistas de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência por meio dos procedimentos da escuta especializada e do depoimento especial. Podem ser citadas também duas iniciativas da Polícia Civil de Santa Catarina: a Resolução 11, de 2018, do Gabinete da Delegacia-Geral, que determina e disciplina o uso de gravação audiovisual para captura e armazenamento de interrogatórios, depoimentos e declarações, bem como o Procedimento Operacional Padrão n. 5, que orienta a realização dos procedimentos de reconhecimento de pessoas (e as entrevistas realizadas no seu contexto) conforme recomendações científicas e jurídicas.

mostra um caminho promissor para identificar desafios e buscar soluções, utilizando técnicas baseadas em evidências e comprometidas com o respeito aos direitos humanos (Cecconello; Milne; Stein, 2022).

Essa falta de diretrizes específicas no Brasil para a colheita de declarações, depoimentos, interrogatórios etc., leva o policial civil a conduzir suas entrevistas de acordo com sua própria experiência (aprender fazendo), ou a copiar exemplos de colegas que também não receberam treinamento em técnicas com embasamento científico (Stein; Ávila, 2015). Esse cenário constitui uma das expressões da falta de profissionalização e de confiança da população no trabalho das polícias civis (tópicos a seguir explorados), mas também uma oportunidade de alteração dessa realidade.

## 3 É PRECISO REFORMAR: A falta de profissionalização das polícias civis e a confiança pública

As polícias são as organizações destinadas ao controle social e autorizadas ao uso da força, caso necessário, sendo este último o traço que as distingue de outras organizações que também possuem poder de polícia (Bayley, 1994).

A capacidade desses atores de enfrentar os desafios da segurança pública depende, entre outros fatores, da presença de forças altamente especializadas. Essa especialização exige um elevado nível de profissionalização das organizações policiais, a qual tem esbarrado num alto grau de militarização[6] das polícias brasileiras (tanto as ostensivas como as preventivas) e, especificamente quanto às polícias civis, na prevalência de saberes jurídicos sobre saberes policiais (Costa, 2019).

Tocante à militarização, para ficarmos na história mais recente[7], sem explorar as origens das polícias civis, podemos ilustrar, nos anos 1970, o intercâmbio

[6] A militarização diz respeito ao grau de identificação das polícias com o campo militar. Desmilitarizar, por sua vez, refere-se ao grau de diferenciação das polícias em relação ao campo militar, e implica na profissionalização das polícias (Poncioni, 2004).

[7] Costa (2019) faz um resgate histórico mais amplo ao tratar das origens das polícias militares, desde a criação da PM do Rio de Janeiro, em 1831, a partir de um Batalhão do Exército.

entre militares e policiais (civis e militares) nos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) e Destacamentos de Operações de Informação (DOI). Nos chamados DOI-CODI, militares e policiais trocavam experiências, informações e, principalmente, técnicas de ação, incluindo as entrevistas de suspeitos e testemunhas[8]. Com o fim do regime militar e a transição política, em 1985, grande parte desse aparato repressivo foi desmontado. No que diz respeito às polícias, entretanto, quase toda estrutura existente foi mantida (Costa, 2019).

Sem aprofundamento no tema, defenderemos, como Costa (2019), a necessidade de desmilitarização da segurança pública como condição à profissionalização também das polícias civis. Com efeito, desmilitarizar, neste contexto de uma instituição civil, é muito mais do que limitar o emprego das Forças Armadas na segurança pública. Num regime democrático, a diferença fundamental entre policiais e militares reside na maneira como empregam a força (Costa; Medeiros, 2002). Refere-se, portanto, ao ethos do seu uso, ou seja, ao espírito e valores característicos de uma organização para definir os meios mais adequados para alcançar seus objetivos (Costa, 2019). No campo específico da entrevista policial, assumindo que se queira uma atuação legítima dos burocratas de rua e que se almeje um policiamento democrático, é ainda mais evidente a necessidade de superar um modelo militarizado, baseado na existência de um inimigo e que tende a buscar soluções numa lógica utilitarista[9].

O que foi dito até aqui sobre a necessidade de desmilitarização, no sentido empregado neste artigo, vale tanto para as polícias militares como para as civis. Contudo, se para aquelas a persistente vinculação ao campo militar é o principal obstáculo à especialização, Costa (2019) defende que para as polícias civis é a prevalência dos saberes jurídicos sobre os saberes policiais o que mais atrapalha a

[8] Deixaremos de fora outros aspectos associados ao isoformismo entre a Polícia Militar e o Exército, destacando apenas o militarismo presente na Polícia Civil, pois este artigo é focado na implementação da entrevista investigativa nos atos de investigação criminal.

[9] Quanto mais aprofundamos o estudo e compreensão da entrevista investigativa, percebemos que essa técnica acaba por transcender os atos de investigação em si, as entrevistas policiais. Uma vez incorporada pelo indivíduo policial (ou institucionalmente) a técnica, abre-se caminho para uma nova mentalidade investigativa numa abordagem mais ampla, e para a reflexão do próprio papel da Polícia Civil no Estado democrático de Direito.

profissionalização. Essa conclusão é especialmente válida para a atividade-fim da Polícia Civil, ou seja, a investigação criminal, que, além de novas tecnologias, requer saberes próprios.

Não se questiona a necessidade de conhecimentos jurídicos para presidir investigações capazes de produzir evidências que possam instruir os futuros processos criminais, ou seja, provas com validade jurídica. O problema reside na prevalência desses saberes sobre os ditos saberes policiais, próprios da investigação criminal.

O agravamento da situação na segurança na América Latina ao longo das últimas décadas tem enfatizado a necessidade de reformas. No entanto, devido à tendência do policiamento e da segurança serem questões altamente politizadas, gestores públicos e legisladores frequentemente optam por medidas simplistas e de curto prazo, que podem ser facilmente apresentadas ao público, em vez de soluções complexas e sustentáveis a longo prazo (Uildriks, 2009).

Na maioria da América Latina, as reformas ocorrem em um ambiente social e político caracterizado por uma falta de confiança pública nas instituições estatais em geral e na polícia em particular (Dammert, 2009).

A (des)confiança é uma questão que surge no centro dos estudos sobre democratização, Estado de Direito, sociedade civil e capital social. Muitos outros países na América Latina também são marcados por uma desconfiança generalizada, desconfiança pública em relação ao seu sistema político e judicial, bem como desconfiança social e política geral. As consequências são profundas. Isso prejudica o desenvolvimento geral da sociedade em muitas áreas, politicamente, socialmente e economicamente, e contribui para sua fragmentação. Mas a desconfiança também é uma das características sociais subjacentes que poderiam limitar severamente o impacto das reformas policiais e judiciais, especialmente inibindo uma evolução gradual em direção a um sistema baseado no Estado de Direito (Uildriks, 2009).

Assim como afirmado acima sobre a imbricação entre reformas, profissionalização e as entrevistas policiais, a questão da desconfiança da população na polícia é também intimamente ligada à forma pela qual as provas testemunhais e interrogatórios - ou as provas dependentes da memória no geral - são colhidas. O

mesmo pode se dizer quanto à compreensão dos policiais civis sobre o seu papel em uma entrevista (ou mesmo em uma investigação como um todo) e o que esperam de uma oitiva.

A estrutura institucional de um país e o desempenho de suas instituições são igualmente fundamentais para moldar o nível de confiança e as normas cívicas em uma sociedade. Quando as instituições estatais conseguem limitar o comportamento arbitrário da liderança e das elites do país, as ações governamentais se tornam mais críveis e tendem a inspirar maior confiança. Em toda a América Latina, entretanto, as instituições estatais frequentemente falharam em ser convincentes nesse aspecto. A confiança pública em instituições como a polícia, o judiciário, o congresso nacional e a presidência começou a diminuir no final da década de 1990, sem sinais de recuperação desde então (Uildriks, 2009).

O grau de confiança social afeta a eficácia das instituições democráticas (Armony, 2004). Por outro lado, sua ausência afeta negativamente o funcionamento de instituições estatais como a polícia. Fukuyama (1995) concluiu que quanto maior o nível de confiança, melhor uma sociedade funciona em uma ampla gama de áreas. Vários estudos sugerem que níveis mais altos de confiança entre as pessoas estão associados a uma maior cooperação. Nesse sentido, a confiança é particularmente crucial em grandes organizações, onde os membros interagem apenas ocasionalmente. O desempenho melhorado de grandes instituições, como as burocracias estatais, depende, portanto, do nível de confiança, pois permite que os funcionários cooperem melhor entre si e com os cidadãos privados.

A confiança é, pois, uma questão crucial ao considerar a reforma policial na América Latina. Para que as reformas e medidas melhorem significativamente a qualidade do policiamento a longo prazo, elas devem ajudar a restabelecer a confiança na polícia e convencer um público cético, se não antagonista, de que a polícia de fato tem algo significativo a oferecer. De alguma forma, a polícia deve superar a suspeita profunda do público de que são essencialmente incapazes de fornecer qualquer serviço relevante à sociedade, especialmente no domínio da segurança pública. Sem aumento da confiança pública no sistema de policiamento,

qualquer esperança de melhorar a legitimidade policial, as relações entre polícia e público e a segurança é ilusória (Uildriks, 2009).

Uma limitação central de muitas iniciativas para melhorar a qualidade do policiamento é que elas tendem a ser realizadas com base em uma análise inadequada dos problemas que precisam ser abordados, uma situação em parte relacionada à falta de expertise política e profissional disponível em toda a América Latina. Para saber quais reformas são necessárias e ser capaz de avaliar o impacto provável de iniciativas específicas, é necessário um entendimento aprofundado do funcionamento do sistema de justiça criminal e dos problemas específicos que precisam ser abordados (Uildriks, 2009).

Para ilustrar: as reformas legais introduzidas no começo do século no México que permitiam apenas declarações e confissões feitas na frente de um juiz como evidência legalmente relevante tinham como objetivo a redução da tortura. No entanto, Uildriks (2009) observou que a tortura empregada para induzir suspeitos a fornecer informações sobre outros suspeitos (informalmente) não seria afetada pelo tipo de mudanças nas regras probatórias e reformas legais propostas e continuaria sendo usada nessas circunstâncias. Portanto, é preciso desde o início não apenas uma compreensão articulada das conexões entre os objetivos e ações propostas, mas também de sua viabilidade. Na prática, poucas reformas na América Latina são iniciadas com base em uma análise realmente convincente do problema a ser abordado, dos obstáculos a serem superados e das soluções propostas.

Nesse contexto, a técnica da entrevista investigativa é o resultado de décadas de estudos científicos mundo afora, envolvendo juristas, psicólogos, policiais, juízes, promotores e tomadores de decisão. No mais, as mudanças propostas pela técnica se baseiam em reflexões profundas sobre o problema em questão e representam alternativas plenamente viáveis às forças policiais.

## 4 O OVO OU A GALINHA: A entrevista investigativa como meio e fim da profissionalização das polícias civis e do incremento da confiança pública

O conhecimento obtido através das informações obtidas por meio de investigação pressupõe (ou deveria) que sua validade e confiabilidade sejam confirmadas por diferentes fontes. Seu principal objetivo é estabelecer “quem fez o quê, para quem, quando, onde, como e por quê”. Normalmente esse tipo de informação é obtido a partir de relatos de testemunhas, vítimas, parentes e informantes. Sua coleta depende do grau de confiança que a população deposita na polícia: quanto maior ela é, maior a possibilidade de cooperação das pessoas com a investigação criminal (Costa, 2019).

Portanto, uma característica chave do policiamento em sociedades democráticas é que a polícia depende largamente do consentimento e da cooperação do público para poder cumprir suas funções de policiamento (Uildriks, 2009).

Para Costa (2019), a utilização de informações provenientes de entrevistas estaria cada vez mais restringida, e novas gerações do sistema de justiça estariam de forma crescente mais relutantes em aceitar inquéritos baseados exclusivamente em testemunhos, confissões e delações. Haveria muitas dúvidas sobre a legalidade dos procedimentos investigatórios destinados a obter esse tipo de informação, o que conduziria os policiais a buscar informações de outras naturezas para fundamentar a investigação, como as periciais, uso de documentos contábeis, declarações fiscais e movimentação financeira, interceptações, quebras de sigilo etc.

Vale dirimir esta afirmação. A profissionalização das polícias civis de fato passa por aumentar a expertise nesses meios extraordinários de obtenção de prova, em especial no que diz respeito ao domínio de novas tecnologias, cuidados com a cadeia de custódia, entre outros. Atualmente, a especialização de policiais civis nessas áreas não só é útil, como se tornou uma habilidade fundamental para conduzir praticamente qualquer tipo de investigação com um grau de complexidade médio.

Em outras palavras, as provas decorrentes de entrevistas não são suficientes, por si sós, para investigações timidamente mais complicadas. Contudo, mesmo nas investigações em que a Polícia Civil se vale de técnicas especiais de investigação, as entrevistas estarão presentes e serão cruciais. Se não diretamente importantes na elucidação das infrações, com as informações relevantes presentes nos termos de depoimento, declarações, interrogatórios ou delações; indiretamente,

como um ponto de partida ou de confirmação de outros meios de obtenção de prova, seja através de entrevistas formalizadas ou das informações obtidas em entrevistas não formalizadas. Por exemplo, para se chegar ao ponto de se utilizar de uma interceptação ou quebra de dados telemáticos ou telefônicos em uma investigação de um crime de homicídio envolvendo crime organizado, ou mesmo em crimes tributários, lavagem de dinheiro etc., invariavelmente entrevistas (formalizadas ou não) terão sido realizadas anteriormente, e certamente serão realizadas depois da implementação das medidas.

Daí porque a profissionalização, atualização e especialização das polícias civis passaria não só pelo domínio de novos meios de obtenção de prova (acréscimo), mas também pela melhora da qualidade na obtenção dos meios de investigação tidos como "clássicos". Em suma, por mais que a polícia judiciária inove, agregando novos instrumentos investigatórios, não há como fugir das entrevistas. E é preciso melhorá-las.

Tratando sobre a crise das polícias civis e o chamado mito do inquérito policial, Costa (2019) discorda daqueles que direcionam o problema à figura do delegado, até porque toda organização precisa de um cargo de comando. A questão, para o autor, não seria portanto a chefia, mas os saberes que nela predominam, os quais refletem na atuação da instituição policial como um todo e no principal produto das investigações, o inquérito.

Os saberes jurídicos, embora relevantes, não são os únicos necessários ao trabalho dos policiais civis. O ofício investigativo requer também alguns conhecimentos de psicologia, administração, orçamento, tecnologia, entre outros, constituindo aquilo que se pode chamar de saberes policiais (Costa, 2019). Com efeito, o conhecimento jurídico é imprescindível na condução da investigação criminal, mas não é suficiente. Deve ser combinado com os saberes policiais.

O inquérito policial foi instituído em 1871 e, desde então, tem funcionado como um mito que legitima as práticas da Polícia Civil. A questão não é a presença do mito em si, uma vez que todas as organizações complexas precisam de um (Meyer; Rowan, 1977). O verdadeiro problema está na necessidade de atualizar esse mito para refletir a realidade política e social atual (Costa, 2019). Este inquérito é na

verdade mais que o procedimento em si: é a representação, ou a materialização de algo mais amplo, ou seja, da maneira pela qual se dá a investigação criminal no Brasil.

Como visto, as entrevistas policiais constituem o alicerce das investigações criminais, e continuarão a sê-lo, independente do implemento de novos (e necessários) meios de obtenção de prova. Portanto, indubitavelmente a atualização da investigação criminal passa pela atualização das técnicas de entrevista, aqui considerado tanto o que ocorre dentro das quatro paredes de uma sala de entrevistas ou numa conversa na rua com informantes, como a ampla compreensão do policial civil a respeito do que se objetiva com uma entrevista. Esse ponto está intimamente ligado, como apurado, com a questão da confiança pública. Por mais que caso a caso os policiais estejam equipados das ferramentas necessárias a obter informações fidedignas das pessoas entrevistadas, no plano global ou regional, é da confiança geral da população na polícia que dependerá a qualidade das entrevistas no nível institucional e a própria possibilidade de implementação de reformas.

Questiona Uildriks (2009) se as reformas devem ser implementadas de forma fragmentada ou devem envolver grandes projetos. Mesmo argumentando a favor dos últimos, o autor conclui que, dada a dificuldade da sua implementação, na maioria das circunstâncias devemos nos contentar com uma abordagem fragmentada, introduzindo reformas e mudanças graduais.

Nesse horizonte, a entrevista investigativa constituiria uma reforma pontual, mas com vocação para modificar uma realidade mais ampla, ao ponto de se atingir a própria cultura institucional.

Com efeito, reformas e iniciativas para melhorar a qualidade do policiamento podem visar especificamente o aumento do nível de policiamento democrático (Frühling, 2009), mas também profissionalizar a polícia ao melhorar os métodos de policiamento usados para aumentar o controle social, segurança e proteção.

Cada vez mais, aqueles que definem a agenda de reformas têm enfatizado a importância de integrar esses objetivos diferentes, ou pelo menos tentar alcançá-los simultaneamente. Essa reflexão vem para superar a sabedoria tradicional que considera o policiamento democrático e baseado em direitos humanos conflitante, se

não incompatível, com a ambição de melhorar a segurança e o controle do crime (Uildriks, 2009).

Mais uma vez, a entrevista investigativa se encaixa nessa noção, por ser um método capaz de salvaguardar os direitos individuais e valores democráticos e, ao mesmo tempo, de melhorar a qualidade e eficácia das investigações. A implementação sistemática dessa técnica como meio para a profissionalização das polícias civis vai ao encontro da constatação de Uildriks (2009) de que assegurar a manutenção dos direitos humanos ou da segurança como a orientação primária do policiamento em si não precisa ser conflitante. Realmente, viver em segurança é um direito fundamental, e a polícia deve assumir a responsabilidade de provê-lo.

## 5 CONCLUSÃO

Reformas são necessárias no policiamento no Brasil, inclusive na atribuição de investigação criminal, a cargo das polícias civis. Os problemas são diversos, mas podem ser contidos genericamente em dois pontos: a demanda por aumentar a eficiência na elucidação de crimes, a qual caminha ao lado da demanda por maior respeito aos direitos das pessoas envolvidas.

Essas reformas passam pela profissionalização. Para as polícias civis, a especialização passa principalmente pela prevalência de saberes policiais sobre saberes jurídicos, mas também pela diferenciação com o campo militar.

Outro ponto-chave para alcançar essas reformas em instituições públicas do tamanho das polícias civis é a melhora na percepção e confiança do público. Sociedades democráticas, ao contrário de regimes autoritários, não estão orientadas a impor segurança e tranquilidade com base em incutir medo e exigir colaboração por meio de força bruta e descontrolada. Nessas circunstâncias, a polícia só pode garantir a segurança por meio da colaboração e do consentimento do público. Para que isso aconteça, é essencial que as forças policiais possuam legitimidade, com a população as reconhecendo como aptas a oferecer um serviço público valioso. Apenas em tais condições o público pode ser incentivado a cooperar com a polícia, fornecendo

informações, evidências ou depoimentos, sem receio de que esses dados sejam mal utilizados.

Como se vê, todas as demandas exploradas neste artigo estão conectadas: o incremento da confiança pública, a atualização da investigação criminal, a profissionalização e desmilitarização das polícias civis, a melhora da qualidade das informações e dos próprios inquéritos policiais, com a prevalência de saberes policiais sobre os jurídicos.

Para essas aspirações, a entrevista investigativa é ao mesmo tempo resposta, causa e consequência. Não há como precisar se uma entrevista policial baseada no respeito aos direitos humanos, na compreensão do funcionamento da memória e do comportamento e numa mentalidade investigativa aprimorada estaria situada exatamente como uma consequência da profissionalização ou seu efeito. Mas sem dúvida a atualização dessa prática, ato investigatório que as polícias civis realizam todos os dias, em todas as investigações (que se tornam ou não processos judiciais), é imprescindível para o alcance da profissionalização e para o incremento da confiança pública. Lembremos, claro, que a técnica defendida não é o único meio para a profissionalização. Outras frentes são necessárias e promissoras para a atualização da atuação policial civil, mas a maior qualidade das entrevistas policiais é fundamental para que se possa falar em reformas nas polícias civis.

Esse caminho importa em um trajeto de duas vias. A entrevista investigativa como padrão na investigação criminal tem a pretensão de ser meio para as reformas necessárias, como também o resultado da implementação de uma polícia mais profissional, especializada e democrática.

## REFERÊNCIAS

ARMONY, Ariel C. **The Dubious Link Civic Engagement and Democratization.** Stanford: Stanford University Press, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.** Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 abr. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: ago. 204.

BRASIL. Santa Catarina. Secretaria de Segurança Pública. Polícia Civil. **Procedimento Operacional Padrão 5: Reconhecimento de Pessoas**. Florianópolis, 2023. Disponível em: http://intranet.pc.sc.gov.br/portal/wp-content/uploads/2023/08/POP5-Reconhecimento-de-Pessoas_compressed-2.pdf (acesso restrito). Acesso em: ago. 2024.

BRASIL. Santa Catarina. Secretaria de Segurança Pública. Polícia Civil. **Resolução nº 11/GAB/DGPC/SSP/2018, de 9 de novembro de 2018.** Disciplina o uso do sistema audiovisual, para captura e armazenamento de interrogatório, depoimento e declaração, no âmbito da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Florianópolis, DOE 20.893 de 09/11/2018. Disponível em: https://sistemas.pc.sc.gov.br/publicacoes/adm/arquivos/resolucao-011-gab-dgpc-ssp-2018.pdfhvuunm.pdf. Acesso em: ago. 2024.

BALLARDIN, Maria da Graça; MILNITSKY, Lilian Stein; MILNE, Rebecca. **Além das técnicas de entrevista:** características individuais em entrevista investigativa com testemunhas. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 6–16, 2013.

BAYLEY, David. **Police for the Future**. New York: Oxford University Press, 1994.

BITTENCOURT, José Cesa; BLANCHET, Luiz Renato; MELO, Felipe Pereira. **Técnicas de entrevista e interrogatório**. Curitiba: InterSaberes, 2019.

BRITTO JÚNIOR, Álvaro Francisco; FERES JÚNIOR, Nazir. **A utilização da técnica da entrevista em trabalhos acadêmicos.** Revista Evidência, Araxá, vol. 7, n. 7, 2011, BRITTO JÚNIOR, Álvaro Francisco; FERES JÚNIOR, Nazir. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos acadêmicos. Revista Evidência, Araxá, vol. 7, n. 7, 2011.

BULL, Raymond. (2023). **Improving the Interviewing of Suspects Using the PEACE Model:** A Comprehensive Overview. Canadian Journal of Criminology and Criminal Jus-tice, 65(1), 80-91.

CECCONELLO, William W.; MILNE, Rebecca; STEIN, Lilian M. **Oitivas e interrogatórios baseados em evidências: considerações sobre entrevista**

**investigativa aplicado na investigação criminal.** Revista Brasileira de Direito Processual Penal, vol. 8, n. 1, p. 489-510, jan./abr. 2022.

COSTA, Arthur Trindade M. **Segurança Pública, Redes e Governança**. Brasília: UNB, 2019.

COSTA, Arthur Trindade M.; MEDEIROS, Mateus. **Police Demilitarisation:** Cops, Soldiers and Democracy. Journal of Security, Conflict and Development, vol. 2, p. 25-45, 2002.

DAMMERT, Lucia. **Police and Judicial Reform in Chile.** In: UILDRIKS, Niels (Ed.). Policing Insecurity: Police Reform, Security and Human Rights in Latin America. London: Lexington Books. p. 151-168, 2009.

FUKUYAMA, Francis. Trust. **The Social Virtues and the Creation of Prosperity.** New York: Free Press, 1995.

FRÜHLING, Hugo. **Recent Police Reform in Latin America.** In: UILDRIKS, Niels (Ed.). Policing Insecurity: Police Reform, Security and Human Rights in Latin America. London: Lexington Books. p. 21-46, 2009.

HALLEY, J., WALSH, D., MYKLEBUST, T., & BJERKNES, O.T. (2023). **Structured Models of Interviewing**. In G.E. Oxburgh, T. Myklebust, M. Fallon and M. Hartwig (Eds.), Interviewing and Interrogation: A Review of Research and Practice Since World War II (pp. 257-282). Brussels: Torkel Opsahl Academic EPublisher

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. **Institutionalized Organizations**: Formal Structure as Myth and Ceremony. American Journal of Sociology, vol. 83 (2), p. 340-363, 1977.

MEISSNER, Christian A; KELLY, Christopher E; WOESTEHOFF, Skye A. **Improving the Effectiveness of Suspect Interrogations**. Annual Review of Law and Social Science, Palo Alto, v. 11, n. 1, p. 211–233, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1146/annurev-lawsocsci-120814-121657. Acesso em: ago. 2024.

MEISSNER, C. A., KLEINMAN, S. M., MINDTHOFF, A., PHILLIPS, E. P., & ROTHWEILER, J. N. (2023). **Investigative interviewing**: A review of the literature and a model of science-based practice. In D. DeMatteo & K. C. Scherr (Eds.), The Oxford handbook of psychology and law (pp. 582–603). Oxford University Press.

MOSCATELLI, Lívia Yuen Ngan. **Considerações sobre a confissão e o método Reid aplicado na investigação criminal**. Revista Brasileira de Direito Processual Penal, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 361-394, 2020. https://doi.org/10.22197/rbdpp.v6i1.331.

OXBURGH, Gavin E; MYKLEBUST, Trond; GRANT, Tim. **The question of question types in police interviews:** A review of the literature from a psychological and linguistic perspective. International Journal of Speech Language and the Law, Sheffield, v. 17, n. 1, p. 45–66, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1558/ijsll.v17i1.45. Acesso em: ago. 2024.

PACHECO, Ana, P. L; HOFFMANN, Marcos. E. **Entrevista investigativa e avaliação psicológica:** algumas contribuições para as práticas policiais de elucidação de crimes. Ciências Policiais em Revista. vol.1, n. 1, p. 115-125, 2021. Disponível em: https://acadepol.sc.gov.br/wp-content/uploads/2023/05/Ciencias-Policiais-em-Revista.-Vol.-1.pdf. Acesso em: ago. 2024.

PONCIONI, Paula. **Tornar-se Policial:** a construção da identidade profissional do policial do estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2004.

SHEPHERD, Eric; GRIFFITHS, Andy. **Investigative Interviewing:** The Conversation Management Approach. 3. ed. Oxford: Oxford University, 2021.

STEIN, Lilian Milnitsky, & ÁVILA, Gustavo Noronha de. **Avanços científicos em Psicologia do Testemunho aplicados ao Reconhecimento Pessoal e aos Depoimentos Forenses** / Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL); Ipea, 2015.

UILDRIKS, Niels. **Police Reform, Security, and Human Rights in Latin America: An Introduction.** In: UILDRIKS, Niels (Ed.). Policing Insecurity: Police Reform, Security and Human Rights in Latin America. London: Lexington Books. p. 1-20, 2009.